

Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil: proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino

Aldieris Braz Amorim CAPRINI¹

Célio Moacir dos SANTOS²

Janneyde Pascoal da SILVA³

RESUMO

O texto descreve uma prática educacional focada na promoção da igualdade racial e de gênero, numa perspectiva decolonial. A disciplina "Trajetória da mulher negra no Brasil" teve como meta o combate ao racismo e à misoginia, iniciado em 2018, com o projeto "Cuide-se". As atividades incluíram leitura de artigos, debates, produção de bonecas Abayomi, ensaios fotográficos e visitas a uma comunidade quilombola. O objetivo foi contribuir para uma educação antirracista, destacando trajetórias de mulheres negras e promovendo debates sobre padrões de beleza. A prática abordou a Lei n.º 10.639/2003, enfatizando a importância de desconstruir a visão eurocêntrica nos currículos. Atividades como árvore genealógica decolonial e produção de poemas contribuem para o empoderamento dos alunos, promovendo a conscientização sobre a cultura afro-brasileira. Assim, a prática constitui-se num esforço para suscitar a igualdade racial e de gênero, empoderando os estudantes e desafiando estereótipos por meio de uma abordagem educacional abrangente e consciente.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialismo. Eletiva. Estereótipos. Mulher Negra.

¹ Pós-doutor em Educação. IFES. <https://orcid.org/0000-0003-0431-4691>.

E-mail: aldieris@hotmail.com

² Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática. IFES. <https://orcid.org/0000-0002-4765-1578>.

E-mail: moacircelio@gmail.com

³ Mestre em Ensino de Humanidades. SEDU. <https://orcid.org/0000-0002-1665-125X>

E-mail: janneyde35@gmail.com

The trajectory of black women in Brazil: decolonial propositions for an anti-racist and female empowerment path

Aldieres Braz Amorim CAPRINI

Célio Moacir dos SANTOS

Janneyde Pascoal da SILVA

ABSTRACT

The text describes an educational practice focused on promoting racial and gender equality, from a decolonial perspective. The subject "Trajectory of black women in Brazil" aimed to combat racism and misogyny, starting in 2018 with the "Take Care" project. Activities included reading articles, debates, production of Abayomi dolls, photo shoots and visits to a quilombola community. The objective was to contribute to anti-racist education, highlighting the trajectories of black women and promoting debates about beauty standards. The practice addressed Law 10.639/2003, emphasizing the importance of deconstructing the Eurocentric vision in curricula. Activities such as decolonial family tree and poem production contribute to the empowerment of students, promoting awareness about Afro-Brazilian culture. Thus, the practice was an effort to promote racial and gender equality, empowering students and challenging stereotypes through a comprehensive and conscious educational approach.

KEYWORDS: Decolonialism. Elective. Stereotypes. Black Woman.

Un informe sobre la trayectoria de las mujeres negras en Brasil: propuestas decoloniales para un camino antirracista y empoderamiento femenino

*Aldieres Braz Amorim CAPRINI
Célio Moacir dos SANTOS
Janneyde Pascoal da SILVA*

RESUMEN

Este texto describe una práctica educacional enfocada en la promoción de igualdad de género, en una perspectiva decolonial. Este tema lleva por nombre "Trayectoria de las mujeres negras en Brasil" su objetivo es combatir el racismo y la misoginia comenzando en el año 2018 con el Proyecto "CUIDATE" las actividades incluyan lectura de artículos, debates, producción de muñecas abayomi, ensayos fotográficos y visitas a la comunidad de quilombola. El objetivo era contribuir para una educación antirracista, destacando trayectorias de mujeres negras y promoviendo debates sobre la belleza Femenina. Esta práctica va de acuerdo con la ley 10.639/2003, enfatizando la importancia de desconstruir la visión eurocéntrica en los planes de estudio. Realizando actividades como el árbol genealógico decolonial y la producción de poemas que contribuyan al empoderamiento de los alumnos, promoviendo la concientización sobre la cultura afro brasilera. Esta práctica fue un esfuerzo para promover la igualdad racial y de género de esta forma Empoderando a los estudiantes y desafiando los estereótipos por medio de un enfoque educacional integral y consciente.

PALABRAS CLAVE: Decolonialismo. Electivo. Estereotipos. Mujer Negra.

Introdução

O relato de experiência em voga é fruto de uma prática conduzida em uma escola no município de Aracruz - ES, onde a maioria dos alunos se autodeclara como negra ou parda. Similar à sociedade em geral, a escola reflete preconceitos enraizados em relações sociais, escolhas e perspectivas. Nesse sentido, a realização dessa intervenção visa combater o racismo e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Focada em conflitos cotidianos, especialmente baixa autoestima em meninas negras, a proposta do projeto visa enfrentar a misoginia e o racismo, ambos presentes no ambiente educacional. A Eletiva⁴ denominada "Trajetória da mulher negra no Brasil" surge então abordando temas como: padrões de beleza, histórias de mulheres negras no Brasil, políticas públicas para mulheres negras, hipersexualização e empoderamento feminino.

A problemática central é como a Eletiva pode contribuir para uma educação antirracista e não misógina no novo Ensino Médio do Espírito Santo. O objetivo geral é proporcionar leituras, debates e reflexões sobre o papel da mulher negra, destacando trajetórias, debatendo padrões de beleza, combatendo violência e promovendo políticas específicas.

O reconhecimento da nossa herança histórica nos instiga a superar um passado marcado por violência, subjugação, exclusão e silenciamento. A importância de compreender conceitos históricos, como modernidade, colonização e decolonialismo, é fundamental para mapear o terreno que buscamos transcender. Depoimentos de estudantes revelam uma capacidade crítica e analítica, destacando a influência da indústria na definição de padrões de beleza e na desvalorização de personagens femininas em mídias audiovisuais.

Gomes (2008b) busca enfatizar que a inclusão da discussão sobre a África e a questão do negro nas escolas de educação básica vai além de ser apenas um conteúdo curricular. Ela destaca que o objetivo principal dessa inserção é promover o debate, disseminar informações, permitir análises políticas, construir posturas éticas e provocar uma transformação na forma como percebemos a diversidade. Portanto, a autora enfatiza a importância não apenas do conhecimento factual, mas também dos impactos social e cultural que a abordagem desses temas pode ter no desenvolvimento dos alunos e na sociedade em geral.

⁴ Em essência, disciplina Eletiva é um componente curricular que o aluno tem a liberdade de selecionar e que não integra o currículo principal ou itinerário formativo que está cursando.

Ao dar visibilidade à trajetória histórica da mulher negra em nosso país, no contexto da inclusão dos debates sobre a África, através da Eletiva, adotamos uma postura de enfrentamento e encorajamento alinhada à epistemologia decolonial.

No decorrer da implementação do projeto, são proporcionados diversos momentos nos quais os alunos têm a oportunidade de compartilhar experiências pessoais ou de pessoas próximas, estimulando a capacidade reflexiva e a tomada de decisões. Também, foram elaborados momentos com atividades, que podem ser replicadas em outras aulas, em outros espaços, com o intuito de fomentar essas discussões. Tais atividades foram acompanhadas de relatos e poemas realizados pelos participantes. Essa abordagem visa desenvolver uma postura crítica e ativa, possibilitando a análise de situações de embates. Por conseguinte, a disciplina Eletiva cria cenários nos quais os estudantes se preparam para lidar com conflitos, capacitando-os a se expressarem por meio do diálogo e do empoderamento.

Ser mulher negra no Brasil: por uma escolha decolonial de resistência a colonialidade

De acordo com Balestrin (2013), o decolonialismo emergiu como uma corrente de pensamento organizada em grupos de estudo na América Latina, no final dos anos 1990, denominado grupo Modernidade/colonialidade. Para a compreensão desse conceito pedagógico, estabelece-se uma relação com outros três conceitos: modernidade, colonialismo e colonialidade. A partir disso, considera-se possível uma análise da importância e necessidade de mobilização para aprimoramento da efetivação da lei nº 10.639/2003.

Por modernidade, compreende-se o esforço empreendido pelos europeus para a evolução política, econômica, cultural dos povos incivilizados por meio da iniciativa colonial, conforme Walhs, Oliveira; Candau (2018, p. 3): “numa invenção das classes dominantes europeias a partir do contato com a América”. Sousa (2020) corrobora, ao afirmar que a

modernidade é vista como sinônimo de desenvolvimento, racionalidade e principalmente como uma ruptura com o passado arcaico e primitivo da humanidade, através do seu modelo econômico, social e político. Assim, com a ideia de progresso foi estabelecida uma linha temporal onde a Europa é tida como superior, legitimada pela própria ciência, através da universalização do conhecimento (Sousa, 2020, p. 66-67).

Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil:
proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino

Por meio dessa linha temporal e geográfica, instituem-se valores e conceitos válidos e não válidos. Sujeitos com direitos e sujeitos silenciados por meio da universalização e da determinação de legitimidade europeia em detrimento aos sujeitos-outros.

Corroboram com a desconstrução do pensamento moderno as proposições de Vergès (2020) acerca do feminismo enquanto direito de existir.

Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra “feminismo” das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência (Vergès, 2020, p. 27).

Apresentar esses aportes teóricos e relacioná-los com a temática sobre mulheres negras nos fortalece quanto ao entendimento e à necessidade de superação histórica do silenciamento e da negligência quanto ao trato às mulheres negras em nosso país, reforçando a relevância histórica, social e cultural da temática através do reconhecimento das lutas e conquistas de tantas personagens anônimas e conhecidas no cenário nacional.

O reconhecimento de que somos frutos do nosso passado, encoraja-nos a superar o legado perverso de violência, subjugação, exclusão e silenciamento. Daí a importância de trazermos conceitos históricos para melhor mapearmos o campo que desejamos superar. Passaremos, portanto, a tratar de modernidade, colonização e decolonialismo.

O processo de construção da modernidade se dá por meio de um projeto grandioso de expansão territorial ocorrido no século XVI de conquista da América. Esse empreendimento político e econômico reuniu interesses de classes diversas e foi responsável por mudanças enormes nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais dos povos subjugados.

Aos efeitos nefastos da colonização, depreende-se o conceito de colonialidade. Esta, portanto, se constitui na herança dessa “aventura colonial”, uma vez que é “um acontecimento histórico e cultural que tem seu embrião fecundado no colonialismo, mas mantém-se ativa nos saberes e modos

CAPRINI; SANTOS; SILVA
de vida mesmo após os movimentos de descolonização dos territórios colonizados” (Madoxx, 2021, p. 56), operando, desta forma, na naturalização do poder e das hierarquias raciais (Quijano, 2000).

O conhecimento dessa herança propositalmente induz ao processo de ruptura e libertação que pode ser percebido por meio dos depoimentos de estudantes da Eletiva, que demonstram uma capacidade crítica e analítica da realidade: “a indústria sempre quis nos ditar o que era mais bonito e aceitável, mas não há nada mais libertador do que podermos escolher o que gostamos em nós mesmas” e ainda “é perceptível, por exemplo, em mídias audiovisuais em geral, a desvalorização de personagens femininas; conteúdo dessas mídias em que a mulher só é vista como objeto sexual, só está ali para aproveitarem de seus seios e curvas”

Dessa proposição policêntrica emerge uma práxis engajada na resistência, na transgressão, na negação ontológica e de enfrentamento das ideologias racistas de Walsh (2009, p. 27) denominada de decolonialismo. Essa postura de ruptura se encaixa com o propósito da lei n.º 10.639/2003, fruto da luta do movimento negro no Brasil, principalmente a partir do século XX, orientado também por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)⁵ para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Pensando na aplicabilidade do discurso policêntrico, durante as aulas de Eletiva os estudantes expressam suas opiniões e compartilham suas experiências num contexto de escuta ativa e a reflexão crítica frente às questões apresentadas de acordo com as orientações dos DCNs, quando apontam para a importância tanto do conhecimento científico quanto da formação de atitudes, habilidades emocionais e do orgulho por meio do reconhecimento de seu pertencimento étnico-racial. Essa prática de desenvolvimento de discursos policêntricos ocorre em todas as aulas mas, sobretudo, nos momentos de PDCA⁶, quando a proposta é construída e avaliada por todos os estudantes.

Os DCNs apresentam uma orientação política curricular de dimensão histórica, social e antropológica, engajada no combate ao racismo para a construção de uma nação democrática. O documento propõe:

(...) divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos,

5 Segundo o site *Todos pela educação*, os DCNs se constituem normas que orientam o planejamento escolar, orientando as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-sao-e-para-que-servem-as-diretrizes-curriculares/>. Acesso em: 22 dez. 2023.

6 Na educação, PDCA é uma sigla para Plan (planejar), Do (fazer), Check (verificar) e Act (agir), é uma metodologia de gestão que pode ser aplicada em escolas para melhoramento de seus processos educacionais.

Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil: proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (Brasil, 2004, p.10).

Para além de uma norma a ser cumprida, a lei n.º 10.639/2003 é um compromisso ético e político que contempla um projeto maior de pacto para o fortalecimento da nossa democracia. Dessa maneira, Gomes (2012) reforça que a aplicação da lei não pode ser entendida como um processo de introdução de novas disciplinas e novos conteúdos.

[...] a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, enquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências (Gomes, 2012, p. 105).

Porém, em se tratando de uma legislação de cunho educacional, não se pode deixar de pensar o currículo enquanto território de disputa (Arroyo, 2011) e, portanto, o desafio se constitui demasiadamente grande para a superação dessa visão monocultural do conhecimento e de desconstrução da ideologia da democracia racial, que neutraliza a necessidade do debate em torno das relações étnico-raciais.

Silva (2011) enfatiza o longo caminho entre a lei, a mudança de mentalidade e a ação efetiva, porém ressalta o peso da importância dos movimentos sociais e dos compromissos internacionais assumidos pelos Brasil no combate ao racismo e ao preconceito racial, destacando “(...) cada vez com mais clareza, a compreensão de que as sociedades multiculturais terão dificuldade de se tornarem justas e democráticas (...)” (Silva, 2011, p. 27).

Ao refletir sobre a necessidade do diálogo entre currículo e realidade social, a proposta dessa Eletiva foi e ainda é desenvolvida como uma práxis de desconstrução e visibilidade a uma história cheia de lutas e conquistas das mulheres negras brasileiras.

A questão ética em pesquisas com seres humanos

No contexto das conversas sobre regulamentação ética em pesquisas, particularmente aquelas que envolvem seres humanos e têm possíveis implicações nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, torna-se relevante abordar o assunto. Isso é essencial para fomentar reflexões em estudos voltados para a educação. Mas o que entendemos por ética? Como definimos esse conceito? Conforme

Hermann (2017) destaca, a ética é um domínio filosófico que explora os conceitos de bem e mal, baseando-se em normas estabelecidas pela sociedade e cultura, guiando as ações humanas. Além disso, é crucial considerar o debate sobre a integridade da pesquisa, conforme discutido por Vieira (2010) e Orlandini (2013). Esses autores enfatizam que a integridade se tornou uma discussão crescente entre os acadêmicos. Assim, valores éticos, como a honestidade na manipulação e divulgação de dados, tanto durante a pesquisa quanto na apresentação dos resultados, são fundamentais para a genuína produção de conhecimento.

Conforme estabelecido pela Resolução n.º 466/12 e pela Resolução n.º 510/16, qualquer pesquisa que inclua seres humanos requer avaliação por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Somente após a obtenção de sua aprovação é permitido iniciar a coleta de dados, conforme estipulado na resolução.

Dessa forma, durante todo o desenvolvimento da Eletiva, foram cuidadosamente consideradas as questões éticas relacionadas à divulgação de nomes, especialmente devido à natureza psicológica da disciplina. Além disso, evitou-se mostrar imagens para garantir a proteção e integridade dos alunos participantes.

A Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde apresenta esclarecimentos em seu artigo 1º.

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

- I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;
- II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- III – pesquisa que utilize informações de domínio público;
- IV - pesquisa censitária;
- V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual;
- VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;
- VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito;
- VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização (Brasil, 2016, p. 1-2).

Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil: proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino

A Resolução n.º 510, de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, estabelece critérios específicos para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Notavelmente, seu parágrafo único lista cenários que estão isentos da avaliação pelo sistema CEP/CONEP, abrangendo estudos como pesquisas de opinião pública não identificadas, estudos baseados em informações de acesso público, e atividades educacionais específicas, entre outros. Portanto, a metodologia adotada no desenvolvimento da atividade na Eletiva está alinhada às diretrizes desta resolução, respeitando as normativas éticas e legais estabelecidas.

O percurso da prática

A prática foi realizada em uma escola localizada no município de Aracruz tendo, em sua maioria alunos, autodeclarados como negros e pardos. Não diferentemente do que é a sociedade, a escola ainda reflete muito do preconceito que está enraizado em nossas relações sociais, nas escolhas e na maneira de ver o mundo. Dessa forma, a prática se encaixa em uma ação de combate ao racismo e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo os dados emitidos pelo portal do SEGES⁷ e também pelo Educacenso⁸, nossa instituição possui:

Quadro 1 – Levantamento de dados a partir do Educacenso

Modalidade	Série	Amarelo	Branco	Indígena	Pardo	Preto	Não declarado	Total
Médio integrado	1º	0	5	1	32	3	2	43
Médio integrado	2º	0	8	0	20	2	0	30
Médio regular	1º	1	45	4	129	19	14	212
Médio regular	2º	1	75	3	174	8	0	261
Médio regular	3º	0	78	4	198	20	4	304

Fonte: Elaborado pelos autores.

⁷ Sistema Estadual de Gestão Escolar por meio do qual família, alunos e professores podem acompanhar as atividades escolares.

⁸ É uma ferramenta que permite obter dados coletivos (série, turma, escola) e individuais de estudantes e professores das redes: municipal, estadual e federal.

Pautada nos conflitos e embates cotidianos e, sobretudo, nos casos conhecidos de baixo autoestima de meninas negras, essa Eletiva apresentou-se como uma proposta frente ao embate à misoginia e ao racismo recreativo e institucional⁹, vivenciados por elas em vários ambientes sociais.

Sendo assim, a eletiva “Trajetória da mulher negra no Brasil” foi e ainda é desenvolvida para dar continuidade a uma prática e à postura de enfrentamento em sala de aula a todo legado dos mais de trezentos anos de exploração e escravização da população negra em nosso país.

Uma retrospectiva histórica da prática antirracista

A necessidade de um olhar a esse grupo específico teve origem em 2018 durante algumas questões levantadas sobre padrões de beleza em uma aula de História. Apesar de tentar abordar essa temática nas próprias aulas nos sentimos desafiados a desenvolver algo específico com estudantes pretas e pardas, com problema de baixa autoestima, e disso resultou o projeto “Cuide-se”¹⁰ de amparo psicológico, por meio de rodas de conversa mediadas por psicólogas voluntárias nos anos de 2018 a 2020.

A partir daí foi idealizada a organização de um espaço que, para além do apoio emocional e afetivo, pudesse agregar o aspecto intelectual e habilidades de escuta afetiva, empoderamento racial e capacidade argumentativa. Assim, a primeira proposta ocorreu, no primeiro trimestre de 2022, e dada a procura e os relatos dos próprios estudantes, resolveu-se lançar a segunda edição com a mesma temática no segundo trimestre de 2023.

Por se tratar de uma disciplina do componente integrador, a Eletiva, não é avaliada por meio de atribuição de notas, mas apenas computada a frequência. Assim, a escolha é feita por adesão, ou seja, entende-se que os alunos procuram a temática por interesse pessoal. Dessa forma, a realização do PDCA (planejamento, desenvolvimento, checagem e avaliação) que, segundo Campos (2009), é uma metodologia que tem como função básica o auxílio no diagnóstico, análise e prognóstico de problemas organizacionais, pode e deve ser usada na educação como um termômetro indicativo para o desenvolvimento de propostas que partam do interesse dos participantes.

9 Segundo Almeida (2019), o racismo estrutural é a forma como a sociedade, em sua organização, privilegia determinadas raças ou etnias em detrimento de outras. Desse modo, são regulados os comportamentos individuais e os processos institucionais. No que tange ao racismo recreativo, Moreira (2015) menciona que é uma forma de opressão racial, que se disfarça de humor. Este consiste em piadas e comentários que ridicularizam características físicas, culturais ou comportamentais de grupos racializados, como negros, indígenas e asiáticos. Essa forma de racismo é sutil, mas poderosa, pois normaliza o preconceito e torna difícil identificar e combater a discriminação.

10 Para conhecer um pouco sobre o projeto “Cuide-se”, acesse o E-book intitulado "[Distantes, mas presentes: Práticas que aproximam!](https://apoie.sedu.es.gov.br/distantes-mas-presentes)", disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/distantes-mas-presentes>.

Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil:
proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino

Esse projeto culminou na publicação de uma seção das ações realizadas em um e-book pelo grupo APOIE/SEDU¹¹. A proposta abrange diversas áreas, incluindo pesquisa, leitura, estudo em grupo, socialização e produção artística e midiática.

A problemática que orienta toda a proposta é a seguinte: de que forma uma Eletiva, disciplina que compõe a parte diversificada do novo Ensino Médio do Estado do Espírito Santo pode contribuir para uma educação antirracista e não misógina a partir de ações de protagonismo juvenil?

Dessa maneira, como desdobramento dessa problemática, o objetivo geral dessa disciplina foi propor momentos de leitura, debates e reflexões, envolvendo o papel da mulher negra em nossa história, em seus aspectos sociais, culturais e no campo de lutas e de ressignificação. De uma maneira mais específica, buscou-se: apresentar trajetórias de mulheres negras anônimas e reconhecidas pela história oficial; promover debates e reflexões sobre padrões de beleza europeizados; combater qualquer forma de violência dentro e fora do espaço escolar; repudiar toda forma de sexualização dos corpos de mulheres negras; apresentar dados que comprovem a necessidade de políticas públicas específicas para mulheres negras.

Provocações iniciais

Qual é o lugar social das mulheres negras no Brasil? As mulheres negras são consideradas e valorizadas na construção cultural, social e política do nosso país? Até que ponto a mulher negra ainda é vista exclusivamente pelo âmbito da sexualidade? A ideologia da mulher frágil cabe às mulheres negras? Quais padrões de beleza as mídias e a indústria impõem às mulheres negras?

Pensar nessas problemáticas remete a enfrentamentos, que somente poderão ser questionados com uma reflexão histórica e decolonial. Por meio dessa postura crítica, construída através do conhecimento e da reflexão, pode-se estar abrindo caminhos possíveis para a construção de uma sociedade menos excludente e racista, em que mulheres negras, diariamente, são alvo de descaso e todas as formas de violência física e psicológica.

Assumir o desafio de pensar em proposições de ações, que caminhem para a educação das relações raciais e para o dismantelamento do racismo, requer uma postura de enfrentamento a muitas situações de conflitos. Quando a questão racial é mantida em silêncio, ocorre que as relações interraciais são sutilmente organizadas por meio de um “pacto de convivência”, porém reclamar ao

11 Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE) é um setor da SEDU (Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo) com o intuito de assegurar o direito ao acesso e à permanência a uma/uma educação inclusiva e de qualidade.

espaço escolar o diálogo sobre o racismo e a trajetória de lutas e conquistas do movimento negro em nosso país é preparar o campo para muitos enfrentamentos.

Algumas situações ocorridas, no contexto da escola, fomentaram a necessidade de criar estratégias que eliminem frases do tipo: “você é uma negrinha esperta”, fala dita a uma professora negra que está fazendo doutorado; “você é uma macaca fedorenta”, fala dita por um estudante a uma estudante negra, ao ter sido barrado por ela, quando furou a fila de merenda da escola; “você é uma preta gorda”, frase dita a uma professora por uma aluna, que não concordou com a sua nota em uma avaliação, e “negro tem que morrer”, frase escrita em vários lugares da escola (quando o espaço ainda não tinha o sistema de monitoramento por câmeras), logo depois de ter sido trabalhado com todas as turmas o sistema de cotas raciais.

O que fazer com todos esses e tantos outros casos? Silenciar para promover um “apaziguamento racial”? Ou assumir o compromisso de endossar os momentos de diálogo, reflexão e também de conhecimento das ações afirmativas e punitivas, fruto da conquista do movimento negro em nosso país.

Para esses e tantos outros casos a luta não é apenas dos negros, nem tampouco das pessoas que assumem não serem racistas (uma vez que todo o processo histórico no Brasil conduz ao racismo), mas depende de todos se assumirem numa luta antirracista.

Sendo assim, a disciplina Eletiva foi vista, dentro da realidade escolar, como uma oportunidade de flexibilizar o currículo, criando oportunidades de se dar maior visibilidade às vozes historicamente silenciadas. As proposições de Santomé (2015) corroboram para essa finalidade ousada de adotar uma postura não hegemônica e eurocêntrica, tanto do currículo como da prática pedagógica.

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção a arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas (Santomé, 2015, p. 161).

Exemplificando a importância da flexibilização do currículo com a inserção de culturas subalternas e silenciadas, apresenta-se o depoimento de uma aluna: “Aprendi muitas coisas sobre a cultura negra presentes tanto em minha família quanto do nosso país, (...), bonecas para acalantar crianças e até mesmo histórias sobre como eram as mulheres negras no meu estado no passado”.

Corroborando também na sequência deste pensamento, conjuntamente com a proposta da Eletiva e a efetivação da lei n.º 10.639/2003, o pensamento de Gomes (2008).

Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil: proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino. Muito mais do que um conteúdo curricular, a inserção da discussão sobre a África e a questão do negro no Brasil nas escolas da educação básica têm como objetivo promover o debate, fazer circular a informação, possibilitar análises políticas, construir posturas éticas e mudar o nosso olhar sobre a diversidade. (Gomes, 2008b, p. 81).

Dar visibilidade à trajetória histórica da mulher negra em nosso país, como parte da inserção dos debates sobre África, torna-se, portanto, uma postura de enfrentamento e encorajamento pautadas na epistemologia decolonial, que será apresentada a seguir.

Percurso metodológico: um espaço de diálogo e reflexão para a construção de uma consciência crítica e de resistência

A Eletiva teve início com a parceria de uma psicóloga. Ela apresentou a proposta de construção de uma árvore genealógica decolonial, que se difere do modelo europeizado em que os documentos escritos têm maior relevância sobre as lembranças e os relatos orais.

O modelo de árvore genealógica no padrão europeu silencia e, por vezes, até estigmatiza jovens negros, uma vez que, dada a sua condição histórica, muitas vezes não conseguem realizar a atividade com êxito por falta de informações ligadas a parentescos até mesmo da primeira geração.

A experiência foi muito satisfatória, uma vez que houve o encontro de muitos aspectos comuns nas lembranças dos estudantes participantes da Eletiva: histórias de comemorações de aniversários; lembranças de comidas afetivas; mas também muitos relatos de abandono, separações e conflitos ligados ao alcoolismo e às drogas.

Essa primeira atividade, que fora proposta pela psicóloga, foi baseada na expressão “oralitura”, criada por Conceição Evaristo (2013), linguista e escritora afro-brasileira. A proposta apresentada transpõe a forma homogênea de se escrever o passado, rompendo com a ideia de que as fontes escritas são as mais confiáveis ou as únicas possíveis de serem utilizadas na construção e análise da História, inclusive pessoal.

Na obra, “Beco da Memória”, Evaristo (2013) afirma que a memória assume o fio condutor da narrativa e por meio dela o passado é relembrado. Por meio dela, é possível se construírem as representações, possibilitando à pessoa se entender como sujeito histórico.

Para além dessa atividade, a proposta foi realizada a partir de: leitura de artigos que promovem a reflexão sobre padrões de beleza; análise de situações em que a beleza negra ou é sexualizada ou é tida como “exótica”; debate a partir do filme: “Felicidade por um fio” e “O ódio que você semeia”; leitura da história: “A eterna luta das mães negras de Maciel de Aguiar”; leitura do livro “Quem tem

medo do feminismo negro”, de Djamila Ribeiro; produção das bonecas Abayomi; pesquisa e apresentação de histórias de mulheres negras brasileiras; realização de um ensaio fotográfico de alunas e funcionárias da escola, em parceria com fotógrafos; construção de um livro de memórias e depoimentos das aulas; produção de conteúdo digital a ser postado nas redes sociais como forma de conscientização; produção de lapbooks; concurso de bonecas africanas; aula de campo com visita a comunidade quilombola São Cristóvão e a Casa Constância de Angola em São Mateus - ES.

No processo de desenvolvimento da disciplina, são oportunizados vários momentos de trocas de experiências por meio das quais os/as alunos/as compartilharam vivências pessoais ou de pessoas conhecidas, proporcionando a capacidade reflexiva e de tomada de decisão, bem como postura crítica e ativa por meio de análise de situações de conflito.

Desta maneira, a Eletiva mobilizou situações em que os/as estudantes se prepararam para enfrentar situações de conflito e terem condições de se imporem por meio do diálogo e do empoderamento.

Realizar esse tipo de intervenção, durante o ano letivo, constituiu uma possibilidade a ser desenvolvida por qualquer educador/a, que esteja disposto a trabalhar com a educação das relações raciais. Com o intuito de empoderamento, conhecimento e valorização de saberes e combate ao racismo, pretende-se superar o aspecto reducionista da “comemoração do Dia da Consciência Negra”, não que esta data deva ser deslegitimada, mas que ela represente o fruto do trabalho de um ano de ações.

Algumas possibilidades de replicabilidade

A disciplina Eletiva, assim como toda disciplina em sua constituição, é composta por algumas combinações que, de acordo com Chervel (1999, p. 207), inclui “um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e motivação e um aparelho docimológico”. Ao se tratar dos exercícios, componente importante da Eletiva, pensou-se também na possibilidade de replicabilidade, pois se entende que a disciplina possibilita uma capacidade de reflexão sobre os seus domínios e as suas barreiras.

A possibilidade de replicabilidade faz referência à facilidade com que se pode empregar uma determinada atividade, a fim de atingir os objetivos específicos para os quais foi desenvolvida. Entende-se que a produção de uma atividade que possa ser replicada, apresentará uma grande abrangência. Quando uma atividade é replicável, permite que outros pesquisadores, educadores ou profissionais a refaçam e reavaliem os resultados. Isso não apenas fortalece a robustez das

Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil: proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino descobertas, ao confirmar ou refutar resultados anteriores, mas também facilita a comparação e a análise crítica em diferentes cenários.

As propostas 1, 2 e 3 foram realizadas durante as aulas da Eletiva e se constituem como possibilidades de ações, que podem ser realizadas em qualquer componente curricular e em diferentes espaços educacionais.

Proposta 1: Construção da árvore genealógica decolonial

Objetivo: Auxiliar na organização e construção de uma memória familiar, a partir de lembranças e relatos orais de familiares mais próximos.

Material: canetas coloridas, papel, material para recorte e folhas em branco.

Disposição da sala: círculo para facilitar o diálogo e a movimentação do/a professor/a entre os estudantes.

Aplicação: O/a professor/a pode iniciar explicando que uma árvore genealógica decolonial é organizada de forma diferente da convencional: são utilizados documentos escritos para indicar os graus de parentesco. Ele próprio inicia no quadro, colocando o seu nome no centro de um círculo. Com setas ou outras formas de organograma vai indicando aspectos marcantes de sua memória, que foram fundamentais para moldar sua personalidade e seu caráter. Depois incentiva os estudantes a fazerem o mesmo, porém cada qual em sua folha branca. Após um tempo, inicia o diálogo, solicitando que alguns socializem suas árvores e passa a exercer o papel de mediador durante as apresentações.

Proposta 2: Produção de poema

Produção de poema/texto sobre empoderamento, a partir de leitura do texto de Djamila Ribeiro¹²: O que é empoderamento feminino?

Destacam-se, a seguir, os poemas 1 e 2, produzidos por estudantes.

Poema 1

Nas asas da força, as mulheres vivem lá, sem recuar

Empoderadas e livres, destinadas a lutar pelo respeito e igualdade, sem cessar.

¹² O texto está disponível em: <https://linguadinamica.wordpress.com/2018/03/07/sequencia-didatica-empoderamento-feminino/>.

*Com coragem e paixão, escrevem seu destino, rompendo barreiras, traçando um novo caminho.
Unindo vozes e sonhos, num só coro a cantar, empoderamento feminino, um legado a se firmar.
Quebrando estereótipos, desafiando padrões, empoderam-se as mulheres nas suas ações. Com
coragem, conquistam o que é merecido, depois de tanto terem sofrido.
Bell hooks nos ensina, com voz resiliente, empoderamento é luta, ação persistente
(Aluno1)*

Poema 2

*Nunca me disseram a como ter um amor próprio,
mas me disseram como agir para que um homem gostasse de mim.
E porque eu deveria? Me perguntei isso desde pequena,
a escolha não seria minha?
Cresci, amadureci e sempre hei de ouvir "se você continuar sendo assim nunca irá se casar"
E por que me preocupar com isso? Eu sou quem sou porque sou,
luto pelo que luto porque sou forte sozinha,
não preciso de um homem para me dizer o que fazer e quando fazer
Não sou apenas uma mulher, sou uma mulher, sou sangue de uma descendente indígena,
a qual lutou pela sua liberdade, foi lançada, sem escolha pelo que poderia fazer, não sinto pena
dela, sinto orgulho por ter sido forte,
ela e muitas mulheres não poderem lutar pelo seus direitos,
mas hoje em dia nós mulheres lutamos,
nós encontramos pedaços de nós em mulheres imensas que cruzam nosso caminho,
nós aprendemos que não somos regras,
não somos padrões, não existe um manual para a perfeição,
nós somos o que queremos ser,
mesmo com tanto medo somos fortes,
temos uma força que não some,
um amor valente e doce, um sentimento sem nome, somos gente, somos apenas o que queremos ser,
e assim continuaremos sendo.
(Aluno2)*

Proposta 3: Experiência social com a boneca abayomi

Material: tecidos variados, tesoura e fitas para confecção das bonecas.

Aplicação:

Passo 1: Apresentação do significado simbólico e ancestral das bonecas;

Passo 2: Confecção das bonecas;

Passo 3: Os/as alunos/as que desejarem levarão uma boneca para casa, escolherão alguém da família e farão perguntas simples, como, por exemplo: você já viu essa boneca? O que você acha dela? O que ela representa para você? Feitas essas perguntas o/a aluno/a ouvirá atento às respostas e apresentará o verdadeiro significado da boneca. Além disso, relatará em uma folha ou diário de bordo como foi a experiência e socializará na próxima aula.

Algumas narrativas colhidas ao longo do processo

Com base no texto apresentado por Bruner (1997), tem-se a intenção da utilização das narrativas oriundas do desenvolvimento da disciplina Eletiva, entendendo que as estas são interpretações da realidade moldadas por convenções sociais que as integram, bem como as suas necessidades como seres humanos. O autor também destaca que, assim como a compreensão do mundo natural se alinha às categorias científicas que se conhece, a compreensão das relações humanas é influenciada pelas narrativas utilizadas para descrevê-las. Em outras palavras, as histórias que são contadas e aceitas moldam e informam a percepção e o entendimento das relações e das experiências humanas.

Com o intuito de abordar uma possível análise das narrativas descritas pelos alunos/as, Bruner (1997) propõe que haja dois modos distintos de funcionamento cognitivo: o paradigmático e o narrativo. Cada um desses modos oferece diferentes formas de estruturar experiências e de construir a realidade. No entanto, aqui se recorre à perspectiva da cognição do tipo narrativo, em que o conhecimento representa uma situação mais prática, abrangendo o saber construído de maneira biográfica-narrativa. Esse método se destaca por retratar a experiência humana concreta como uma narrativa das intenções, delineando uma sequência de eventos em tempos e lugares vividos, que são únicos e particulares de cada indivíduo. A seguir, são apresentados alguns dos relatos das experiências descritas pelos(as) alunos(as).

Ao analisar o filme “Felicidade por um fio”, podemos notar o quanto é difícil para a mulher negra evitar o próprio cabelo e seus traços e o quanto difícil é passar pela transição capilar; passar por esse processo é sempre muito complicado, pois mexe com a autoestima, nos enxergamos com outros olhos. Após tanto tempo usando o

CAPRINI; SANTOS; SILVA

cabelo como a sociedade acha "bonito e aceitável", é uma luta diária, porque durante o processo sempre surgem comentários desagradáveis e muitas das vezes, pode nos fazer desistir. Mas, sobretudo devemos pensar primeiro em nós mesmas e focar no que nos faz realmente feliz. A indústria sempre quis nos ditar o que era mais bonito e aceitável, mas não há nada mais libertador do que podermos escolher o que gostamos em nós mesmas (Aluno 1).

Durante os meus dias em que consumo internet para fins de entretenimento, não é difícil para mim perceber situações que me ferem como mulher. É perceptível, por exemplo, em mídias audiovisuais em geral, a desvalorização de personagens femininas; o conteúdo dessas mídias em que a mulher só é vista como objeto sexual, só está ali para que aproveitem de seus seios e curvas. Junto disso, um "humor ácido" em que essas personagens sempre são burras, ingênuas demais e que dependem do protagonista masculino. [...] (Aluno 2).

Ao entrar na Eletiva, estava em busca de mais conhecimento em relação às figuras pretas devido à escassez de personalidades históricas com essas características em mídias sociais para servir de inspiração. Dentro da sala de aula pudemos assistir filmes, relatos e vídeos explicativos sobre o tema e abraçando outras causas ligadas a essas mulheres, como o feminismo. Além de debates, redações e slides feitos, também tivemos a oportunidade de confeccionar bonecas e aprender mais sobre a cultura de outros povos que hoje são discriminados pela sociedade. Para mim, o ponto mais importante a ser discutido nessa eletiva com certeza foi em relação ao racismo e os padrões da sociedade que cercam mulheres nessa luta, com o fechamento da eletiva e a sessão de fotos com personalidades da nossa escola, as mulheres negras tiveram um espaço próprio depois de tanto tempo sem representações em ambiente escolar (Aluno 3).

Primeiramente fiquei muito feliz quando a professora me fez a proposta de participar de uma sessão de fotos para sua Eletiva da "Trajetória da Mulher Negra no Brasil", marcamos o dia e o horário e quando cheguei soube que tinha mais meninas para tirar fotos também. Em meio aos cliques, vinha a felicidade de estar sendo uma figura de representatividade negra na escola. No dia da culminância das eletivas as fotos estavam passando e eu quase chorei de alegria por estar fazendo parte de um projeto tão bonito como esse, a professora fez um ótimo trabalho mostrando o quão importante a mulher negra foi na história brasileira e no mundo também! (Aluno 4).

Participar da Eletiva "A trajetória da mulher negra no Brasil", assim como o próprio nome, foi uma trajetória. Aprendi muitas coisas sobre a cultura negra presente tanto em minha família quanto do nosso país, comidas com nomes diferentes, bonecas para acalantar crianças e até mesmo histórias sobre como eram as mulheres negras no meu estado, fiz amizades novas que mantenho até hoje e também acredito que as meninas da sala ficaram mais unidas umas com as outras. Mentalmente falando, acho que evolui bastante sobre o que e como pensar sobre a comunidade negra feminina nacional, que é pouco falada positivamente na história do Brasil, considerando que aprendemos apenas o quanto elas sofreram nas escolas, saber que algumas fizeram revoluções e salvaram suas famílias foi uma experiência interessante de se adquirir. Posso definir a eletiva com duas palavras, respeito e amadurecimento. Palavras que costumam não ser utilizadas na prática, mas que com a eletiva, mesmo que ninguém perceba, no fundo tiveram um aumento (Aluno 5).

De início eu resolvi entrar na eletiva porque eu me senti representada. Eu nunca tinha visto eletiva alguma sobre negros, principalmente sobre mulheres. Eu gosto da eletiva, por conta da atenção necessária para as mulheres, principalmente as negras (Aluno 6)

Esses depoimentos transcritos e tantos outros ouvidos, no decorrer do ano letivo, sobre empoderamento faz crer que a Eletiva não se constitui uma fórmula mágica, que irá desconstruir o

Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil: proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino que foram implantando há séculos e que marcadamente é reforçado pelo racismo recreativo no país. Porém, apontamos essa ação como uma prática de enfrentamento, com o entendimento de que a educação tem papel fundamental no enfrentamento de estereótipos, principalmente no que se refere à mulher negra.

A relação com o cabelo afro, por exemplo, no filme “Felicidade por um fio”, foi utilizada como um disparador de questões relacionadas à transição capilar. Em nenhum momento pretendeu-se romantizar o processo de transição capilar, mas foi uma das temáticas colocada como pauta de diálogo, sendo enfatizados nesse processo os benefícios da liberdade de escolha. Nos momentos de prática, em que as meninas negras estavam sendo fotografadas, foram bastante elogiadas no tocante a sua beleza e, sobretudo, dos seus cabelos, contrastando com falas e piadas que ainda persistem em considerar e classificar seus cabelos como cabelos ruins, como se pode verificar na fala da aluna 3, quando se referiu ao momento das fotos: “as mulheres negras tiveram um espaço próprio depois de tanto tempo sem representações em ambiente escolar”.

Gomes (2008a, p. 9) aponta que o cabelo afro ou o

cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar de inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo.

Trazer ao debate a ancestralidade do cabelo afro, representando um instrumento de identidade negra, bem como a desconstrução de padrões de beleza como modelos únicos a serem copiados por todos, foi uma atividade satisfatória para uma prática que envolve uma ruptura. Dessa forma, a Eletiva também teve como intuito apoiar o processo de transição capilar, de forma que os padrões de beleza fossem sendo debatidos e analisados como uma imposição racial dos brancos.

Outro aspecto nitidamente apresentado nas narrativas, que demonstra um amadurecimento coletivo é o reconhecimento da representatividade negra. A aluna 1 afirma: “A indústria sempre quis nos ditar o que era mais bonito e aceitável, mas não há nada mais libertador do que podermos escolher o que gostamos em nós mesmas”. A narrativa da aluna 3 também corrobora com a questão aqui analisada: “o ponto mais importante a ser discutido nessa eletiva, com certeza, foi em relação ao racismo e os padrões da sociedade que cercam mulheres nessa luta”.

Identificar a representatividade da mulher negra na luta antirracista nos meios de comunicação e redes sociais é uma conquista decolonial de desconstrução dos padrões impostos pela colonização,

a que os estudos decoloniais denominam de “colonialidade do ser¹³”. Dessa forma, reconhecer-se como mulher negra faz parte de um processo de ruptura com a misoginia e todo silenciamento e estereótipos impostos. Esse é um processo de libertação individual, percebido na narrativa da aluna 4: “Em meio aos cliques, vinha a felicidade de estar sendo uma figura de representatividade negra na escola”.

Acredita-se, por meio dessas narrativas, que a Eletiva se constituiu em uma prática que contribuiu para a desconstrução de preceitos, valores e estigmas. Portanto, constituiu-se uma práxis decolonial de embate aos efeitos nefastos da colonização.

Considerações finais

E agora? Chega-se satisfeito ao fim do processo, assim como se dá por satisfeito um cirurgião que retira com êxito um objeto metálico do corpo de seu paciente? A resposta é não. E isso é dito sem tristeza, pois é possível ver beleza no processo de enfrentamento ao racismo e a todas as formas de discriminação.

Não se pretende aqui romantizar esse processo, mas no meio desse caminho de tantos conflitos e enfrentamentos é possível colher muitas flores e frutos. O depoimento de uma funcionária da escola da limpeza é a prova disso. Emocionada no momento em que estava sendo maquiada por outra profissional desabafa: “Há muitos anos não me sinto assim!”

Ao iniciar o texto, tomou-se como um caminho para a análise da experiência pedagógica a seguinte questão: como a Eletiva pode contribuir para uma educação antirracista e não misógina no novo Ensino Médio do Espírito Santo?

Com o relato de experiência apresentado, ficou evidente a importância da discussão da temática étnico-racial na disciplina, devidamente embasada teoricamente e contextualizada com o cotidiano dos jovens, numa perspectiva crítica e decolonial, que possibilitou um desvelamento das representações sociais eurocêtricas dominantes em sua vida para a construção um novo olhar, de emancipação de sua identidade afro. Dessa forma, a eletiva contribuiu emancipando as participantes quanto aos estereótipos e às práticas misóginas e racistas, de forma a emponderá-las, conforme evidenciado na fala da aluna, ao afirmar que a

13 Entendida como os efeitos da colonização são sentidos pelos povos subjugados pelos povos colonizadores. Mignolo (2003, 2010) e Maldonado-Torres (2007) a identificam como um processo de inferiorização de pessoas (gênero e sexualidade), fazendo com que sua existência esteja distanciada da ideia de humanidade.

Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil: proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino diversidade da casa quilombola foi um encanto. A forma como elas contavam suas histórias e também compartilhando conosco histórias de sua geração passada, ver a delicadeza, o olhar e a felicidade de uma pessoa orgulhosa dos frutos que conseguiu conquistar. Poder saber um pouco da produção de beiju e também da cultura da comunidade, como o canto faz parte do cotidiano deles, da maneira que eles trabalham de um jeito compartilhado e em família, participar um pouco do dia deles, nos deu conhecimento e uma maneira diferente de ver o que já tínhamos visto em sala. (Aluna da 2ª série).

Assim, constata-se, a partir do detalhamento da execução da disciplina apresentado no texto, que o objetivo de proporcionar leituras, debates e reflexões sobre o papel da mulher negra, por meio do destaque de trajetórias, do debate de padrões de beleza, do combate à violência e da promoção de políticas específicas, foi alcançado, sendo possível afirmar também que a disciplina pode (e deve) ser reaplicada e tomada como inspiração para outras escolas, projetos e ações. O relato da experiência demonstrou sua importância e viabilidade.

Dessa forma, conclui-se que a disciplina aqui relatada demonstra um exemplo e a possibilidade da Educação para Relações Étnico-raciais, comprometida com um olhar decolonial.

A sensação de perceber o empoderamento germinando entre estudantes tímidas e com baixa autoestima a cada diálogo, depoimentos de novos enfrentamentos bem vividos, com atuações críticas e reflexivas e o sorriso a cada clique da máquina fotográfica faz crer que é possível sim poder viver em um país onde a cor da pele não seja mais uma condição para a exclusão, violência e discriminação.

Ressalta-se aqui o trecho da música do Grupo Revelação, “Está escrito”: “(...) Às vezes a felicidade demora a chegar/Aí é que a gente não pode deixar de sonhar/Guerreiro não foge da luta e não pode correr/Ninguém vai poder atrasar quem nasceu pra vencer...”. Poder estar desenvolvendo atividades práticas e reflexivas como essas da eletiva, encoraja, enche de esperança o professor. A cada depoimento, a cada nova proposta direcionada pelo educador ou sugerida pelos estudantes faz sentir que se está, enquanto escola, no caminho certo de combate ao racismo, de desmistificação da democracia racial, na quebra de silenciamentos e estereótipos impostos ao longo da nossa História.

Vive-se o processo. Talvez os melhores frutos não sejam colhidos nessa geração. Plantam-se árvores para quem sabe, nunca sentar-se as suas sombras, apesar disso se garante a mudança, a ruptura, transgridem-se dados comprovados estatisticamente, postos e impostos pelos efeitos nefastos da colonização do nosso país. Seja a resistência.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **A construção social da raça**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011. 374 p.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/#> . Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, DF. 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 112, p. 59-62, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004.

BRASIL. Lei n.º. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990.

CAMPOS, Vicente Falconi . **O verdadeiro poder**. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2009.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e Cabelo como símbolo de identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2008a.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei n.º 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria Candau (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil:
proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino

HERMANN, Nadja. **Ética & educação: outra sensibilidade**. Autêntica, 2017.

MADDOX, Cleberson Diego Gonçalves. **Decolonização do pensamento em arte e educação**. 2021. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

MOREIRA, Adilson. **O que é racismo recreativo?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2015.

ORLANDINI, Rômulo. Fraudes e enganos na história da ciência. *Com Ciência*. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Campinas, n. 147, 10 abr. 2013. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542013000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em 5 jan. 2024.

QUIJANO, Aníbal (2000). “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386. (2005). *Colonialidad y modernidad-racionalidad*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDdYPtGrWN/?lang=pt>. Acesso em: 16 mai. 2022.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 159-177.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações: aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Educação, p. 489-506.

SOUSA, Devaneide Barbosa de. **A formação docente na licenciatura em matemática da UFG: a colonização/decolonização do conhecimento no currículo na perspectiva das relações étnico-raciais**. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2020.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, Fernanda. Desencontros e descaminhos de uma pesquisa sociológica em um hospital público. *In: FLEISCHER, Soraya.; SCHUCH, Patrice. (org.). Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres e Editora da UnB, 2010. p. 127-140.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, reexistir e re-viver. *In: CANDAU, Vera Maria Ferrão (org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-42.

WALSH, Catherine; OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas educativas**, Arizona, v. 26, n. 83, p. 02-16, 26 de junho de 2018.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 09/01/2024
Aprovado em: 07/10/2024